

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 28

Período: 17 a 21 jul. 2023



Edital de concurso de remoção n. 3, de 12 de julho de 2023. Proad n. 37946/2023

Comunica a abertura de concurso de remoção para provimento da cadeira 4 na 3ª Turma e da cadeira 1 na Sessão Especializada em Dissídios Individuais 3 – SDI-3, vagas decorrentes da aposentadoria da Exma. Sra. Desembargadora Mércia Tomazinho.

Portaria n. 28/DGA, de 20 de julho de 2023

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 13/GP.CR, de 14 de julho de 2023
Determina a suspensão do atendimento presencial ao público e das audiências no Fórum Trabalhista de Cubatão, na forma que especifica.

Edital de remoção n. 26, de 14 de julho de 2023. Proad n. 38704/2023

Comunica abertura de concurso de remoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 8ª Vara do Trabalho de Guarulhos.

Portaria n. 44/GP, de 20 de julho de 2023

Designa magistrada aposentada para atuar como conciliadora no CEJUSC-JT de 2ª Instância.

Provimento n. 5/CR, de 20 de julho de 2023

Dispõe sobre a transferência dos procedimentos de execução forçada do Programa SOS Execução ao Juízo Auxiliar em Execução – JAE, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

TST

Ato n. 12/GCGJT, de 14 de julho de 2023
Convoca o Exmo. Sr. Juiz do Trabalho da 2ª Região, Carlos Abener de Oliveira

CNJ

Instrução Normativa n. 96/CNJ, de 22 de maio de 2023
Institui a Política de Comunicação Social do

CSJT

Ato Conjunto n. 44/TST.CSJT.GP, de 14 de julho de 2023
Institui a Comissão Consultiva de Acessibilidade

Rodrigues Filho, para exercer as atribuições de Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Poder Legislativo

Lei n. 14.622, de 17 de julho de 2023

Institui o Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular.

Lei n. 14.624, de 17 de julho de 2023

Altera a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Lei n. 14.626, de 19 de julho de 2023

Altera a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei n. 10.205, de 21 de março de 2001, para prever atendimento prioritário a pessoas com transtorno do espectro autista ou com mobilidade reduzida e a doadores de sangue e reserva de assento em veículos de empresas públicas de transporte e de concessionárias de transporte coletivo nos dois primeiros casos.

Lei n. 14.628, de 20 de julho de 2023

Institui o Programa de

Conselho Nacional de Justiça.

Provimento n. 147/CNJ, de 4 de julho de 2023

Dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça; adota protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores; cria canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.

Portaria n. 181/CNJ, de 13 de julho de 2023

Institui o regulamento do Prêmio “Justiça & Saúde do CNJ”.

Edital de convocação de audiência pública sobre parâmetros de quantificação de dano ambiental/CNJ, de 2023

Convoca audiência pública para o registro de manifestações que possam contribuir com esclarecimentos técnicos e jurídicos, metodologias, indicadores e boas práticas para a fixação e quantificação dos danos

e Inclusão, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no art. 25 da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 401, de 16 de junho de 2021.

Ministério da Previdência Social

Portaria n. 2.468/MPS, de 13 de julho de 2023

Estabelece para o mês de julho de 2023, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e do salário de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Portaria Conjunta n. 38/MPS.INSS, de 20 de julho de 2023

Disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região

Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis n.s 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis n.s 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil

[Portaria n. 1/CFDD.BR, de 27 de junho de 2023](#)

Estabelece as normas para inclusão de Usuário de Sistema Informatizado, para a utilização e acesso aos Sistemas Eletrônicos disponibilizados por órgãos públicos aos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.

ambientais.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Portaria n. 3.814/MGI, de 17 de julho de 2023](#)

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do expediente nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo Feminina da FIFA 2023.

Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

[Resolução n. 358/CREMESP, de 3 de março de 2023](#)

Institui critérios adicionais à segurança do Ato Médico.

[Resolução n. 176/CREF4.SP, de 17 de julho de 2023](#)

Dispõe sobre a regulamentação da atuação do Profissional de Educação Física na Prestação de Primeiros Socorros durante atuação Profissional.

Poder Executivo

[Medida Provisória n. 1.181, de 18 de julho de 2023](#)

Altera a Lei n. 11.134, de 15 de julho de 2005, a Lei n. 11.361, de 19 de outubro de 2006, a Lei n. 10.486, de 4 de julho de 2002, a Lei n. 13.328, de 29 de julho de 2016, a Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei n. 14.204, de 16 de setembro de 2021; institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social; e dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Marquês de São Vicente, 121, Bloco A - 11º andar
CEP 01139-001 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

